

**REQUERIMENTO
(DA SRA. SOCORRO GOMES)**

Requer audiência pública para tratar de desmoronamentos de prédios na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do artigo 24, inciso XIV do Regimento Interno, realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior com a presença do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), da CEF (Caixa Econômica Federal), da Sasse (Caixa Seguros), do CREA – PE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco), do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e da prefeita de Olinda (Luciana Santos) para tratar dos desabamentos de edifícios em Olinda.

JUSTIFICAÇÃO

Um grave problema enfrentado hoje nas cidades brasileiras diz respeito a desmoronamentos de edifícios. Nos últimos anos tem aumentado ainda mais a incidência desse tipo de acidente, já é comum abrirmos jornais e vemos manchetes a esse respeito.

O Jornal do Brasil, de 16 de março de 2001, noticiou que a prefeitura de Olinda havia interditado 92 prédios considerados com risco de desabamento iminente em 06 (seis) bairros da cidade. A maioria deles foi financiado pela Caixa Econômica Federal, mas a seguradora Sasse informou que os proprietários que já quitaram seus débitos não têm direito à indenização. O jornal “O Estado de São Paulo”, em 20 de abril de 2000, noticiou que os moradores da Companhia de habitação Popular 2 (Cohab) de Carapicuíba, São Paulo, alertam para o possível desabamento das caixas de água do prédio 15. Cada caixa tem capacidade de 30 mil litros de água que periodicamente precisam ser desativadas para não cair, pois as estruturas de ferro que sustentam a caixa estão enferrujadas. No dia 30 de dezembro de 2000, o mesmo jornal divulgou que pelo menos seis pessoas ficaram feridas no desabamento de um prédio de quatro andares na Rua Buenos Aires, 261, no centro de São Paulo. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, como o do edifício Palace II, no qual ainda hoje os efeitos são sentidos pelas famílias que moravam ali.

A prefeita de Olinda, Luciana Santos, apresentou nessa comissão relatório que demonstra a gravidade da situação em seu município. Os engenheiros autores dos laudos periciais acerca do desabamento dos edifícios questionam a segurança de um tipo de construção civil muito utilizada no país, a alvenaria estrutural (sistema utilizado em obras de até quatro pavimentos sem pilares de concreto armado). Esse tipo de obra, além de mais barata, apresenta

maior velocidade na entrega da construção e dispensa mão de obra qualificada. Porém, a falta de controle sobre a técnica construtiva associado à inadequada utilização de um dos seus

principais insumos, os blocos de cerâmica e de concreto, colocam as referidas construções em risco.

É necessário e urgente a busca de soluções para esse problema. As construções precisam ser acompanhadas. A aprovação no CREAs (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo) apenas se refere ao projeto, mas não garante que o mesmo será seguido à risca. É justamente para a elaboração de uma política para essa área que proponho a realização de audiência pública com a participação de entidades afins.

Deputada **SOCORRO GOMES**
PC do B – PA

Exmo Senhor
Deputado Djalma Paes
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano